

Auto-organización política de la economía popular solidaria en brasil. un nuevo ejercicio de política?

POLITICAL SELF-ORGANIZATION OF THE SOLIDARITY POPULAR ECONOMY IN BRAZIL.
A NEW POLITICAL PRACTICE?

**Eliana PEREZ GONÇALVES DE MOURA(*),
Dinora Tereza ZUCCHETTI(**), Magali MENDES DE MENEZES(***)**

RESUMEN

El objetivo de este trabajo fue analizar la experiencia de la Economía Solidaria en Brasil, centrándose en la organización y el significado político de un Foro Municipal de Economía Solidaria en una ciudad del área metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Basado en el marco teórico/empírico que sustenta nuestra investigación y las actividades de extensión académica, se pretende entender la implementación de este modelo de autoorganización política y cómo puede redefinir y aplicar una nueva práctica política. Con este propósito, dividimos nuestro análisis en tres momentos diferentes: una breve descripción de la Economía Solidaria en Brasil; una descripción de la organización y diseño del Foro Municipal de Economía Solidaria, así de como este modelo de organización se convierte en parte de la práctica diaria; y, finalmente, un análisis sobre el papel desempeñado por las ferias como entornos, con el objetivo de construir una racionalidad solidaria capaz de redefinir el entorno político de aprendizaje.

Keywords: Economía Popular y Solidaria;
Auto Organización; Solidaridad.

ABSTRACT

The objective of this paper was to analyze the experience of the Solidarity Economy in Brazil, focusing on the organization and political meaning of a Municipal Forum of Solidarity Economy in a city of the metropolitan area of Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Based on the theoretical/empirical framework that underpins our research and academic extension activities, we intend to understand the implementation of this model of political self-organization and how it can redefine and implement a new political practice. With this purpose, we divided our analysis into three different moments: a brief overview of the Solidarity Economy in Brazil; a description of the organization and design of the Municipal Forum of Solidarity Economy as well as how this organizational model becomes part of the everyday practice; and, finally, an analysis of the role played by trade fairs as learning environments, aiming to build a solidary rationality capable of redefining the political environment as a space for the practice of solidarity.

Keywords: Solidarity Popular Economy;
Self-organization; Solidarity.

RECIBIDO: 16/07/2013 / ACEPTADO: 10/12/2013

* Doutora em Educação. Docente e pesquisadora do PPG em Diversidade e Inclusão, Universidade Feevale. Email: elianapgm@feevale.br

** Doutora em Educação. Docente e pesquisadora do PPG em Diversidade e Inclusão, Universidade Feevale. Bolsista Produtividade CNPq. Email: dinora@feevale.br

*** Doutora em Filosofia. Professora e Pesquisadora da Faculdade de Educação, UFRGS. Email: magalimm@terra.com.br

Research projects: Education, Work and Solidarity (CNPq 2008-2011); Life, work and (bio) politics: vectors of subjectivity (2012-2015).

Incubator of Solidary Economy.

Economia Solidária: a singularidade de um fazer-se

Nunca é demais começar falando da imensidão desta nação chamada Brasil. País de uma extensão territorial de 8.511.965 km², o Brasil é o país mais extenso da América do Sul. Entre os períodos de 2000 a 2004 a população brasileira aumentou em 10 milhões de pessoas e, segundo dados do IBGE (2010), hoje são em torno de 190.732.694 habitantes¹. A diversidade de culturas, de línguas faz-nos olhar para o Brasil com cuidado, pois qualquer análise sobre este lugar que consegue ser *tanto em um só* exige um gingado no pensar, feito pensamento que precisa da música, da cor, da dimensão do trágico para se fazer. Tomamos aqui de empréstimo o sentido que assume a tragédia no pensamento de Nietzsche, ou seja, o saber trágico não pode ser expresso conceitualmente, a tragédia precisa portanto ser “cantada”. E é dessa forma que a música assume uma importância ímpar na cultura brasileira.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional², de Belo Horizonte, realizou um levantamento sobre as línguas faladas no Brasil. Entre línguas indígenas, afro-brasileiras e de imigrantes, além das variedades do próprio português, calcula-se mais de 300 línguas que ficam reduzidas a uma única unidade: a língua portuguesa. Segundo a coordenadora do referido levantamento, Márcia Sant’Anna, a estimativa é de que existam cerca de 180 línguas indígenas que ainda são faladas no Brasil, sendo que 60 dessas línguas estão em risco de extinção. Diante de tanta diversidade como não dizer, seguindo Guimarães Rosa, que o “sertão é mesmo tão grande, que sertão: é dentro da gente” (ROSA, 2006: 209).

É preciso então ao falar de Economia Popular Solidária levar em consideração este sertão e os diferentes cantos desse Brasil que nos carregam e que de alguma forma carregamos dentro de nós. Isso porque a Economia Popular Solidária é feita por homens e mulheres que possuem história, que em seu cotidiano fazem da vida uma arte de resistência. É interessante que o movimento da Economia Solidária no mundo não se faz da mesma forma, ou seja, vai assumindo as particularidades de cada lugar e se construindo como expressão e projeto coletivo. Na França, por exemplo, a Economia Solidária está ligada a história da Economia Social, enquanto no Brasil, está associada à Economia Popular. Ao assumirmos esta origem, estamos ao mesmo tempo, reconhecendo que se construiu uma forma de organização popular que emerge da profunda desigualdade social presente no Brasil. Os principais sujeitos desta Economia são as populações marginalizadas, que buscam muitas vezes no trabalho informal uma fonte de sobrevivência. O desafio está em como ampliar esta “economia simples” para daí pensarmos um projeto maior, que envolva a transformação da sociedade como um todo.

¹ Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Consulta 17.06.2013

² Fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br/institucional> consultado em 17.06.2013

Nesta direção, A. Artaud (apud GALEANO, 2005: 25) nos diz que, “o mais urgente não me parece tanto defender uma cultura cuja existência nunca salvou qualquer ser humano de ter fome e da preocupação de viver melhor, mas extrair daquilo que se chama cultura, ideias cuja força viva é idêntica à da fome”. Em meio à emergência de alimentar a vida, em um cotidiano que parece não produzir tantos sonhos, vai surgindo novas formas de relações humanas, ancoradas na partilha do sofrimento, na espera pelo amanhã que cansa o corpo; mas de sujeitos irradiados pela experiência de estarem juntos. E será desta forma que a solidariedade vai assumindo corpo, não surgindo como um conceito abstrato, mas como uma experiência que encarna vários sentidos e formas. Reduzir a solidariedade a um conceito, ou a um dever ser, seria negar a multiplicidade de seu exercício que está associada à forma como sentimos o outro e a nós mesmos. A Economia Popular Solidária representa um esforço e uma esperança de materializar as solidariedades cotidianas que são tecidas no interior dos grupos. A dimensão desta experiência pode ser sentida quando, por exemplo, uma artesã que integrava o Fórum Municipal perdeu totalmente sua casa devido a um incêndio. Suas lembranças, seu esforço, seu trabalho (pois era em casa que fazia o artesanato), tudo havia se “acabado em 10 min”, como ela mesma dizia. Naquele momento todos moradores do bairro se uniram e reconstruíram sua casa. É esta a dimensão de solidariedade que fazemos referência, onde as pessoas com o pouco que tem, compartilham a força para reerguer uma casa, e com ela a própria vida. Emerge dessa reunião de pessoas movidas pela dramaticidade do fato a vivência da solidariedade. Ao erguerem a casa festejam, cantam, reaprendem a rir e como nós brasileiros dizemos “fazemos deste limão uma maravilhosa limonada”. Dentro desse universo micro, pequenas e diárias revoluções vão sendo feitas sempre marcadas pela emergência do amanhã e pela necessidade de união de forças, que se dá através da construção de redes.

As resistências deixam de ser marginais e tornam-se ativas no centro de uma sociedade que se abre em redes; os pontos individuais são singularizados em mil platôs. O que Foucault implicitamente construiu (e Deleuze e Guattari tornaram explícito) é portanto o paradoxo de um poder que, à medida que unifica e envolve todos os elementos da vida social [...], nesse exato momento revela um novo contexto, um novo milieus de máxima pluralidade e incontornável singularização – um milieus do evento (NEGRI e HARDT, 2006: 44).

Foi dessa forma que uma Economia Popular e Solidária começou a nascer no Brasil tornando-se objeto de discussão no âmbito do Fórum Social Mundial.

O panorama da Economia Solidaria: do movimento social à política pública

Algumas organizações contribuíram significativamente para nascimento deste movimento, como o trabalho desenvolvido pela Cáritas³ através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que desde 1980 buscavam desenvolver projetos de Geração de Trabalho e Renda de forma associada para moradores da periferia. Destacamos também a Central Única dos Trabalhadores, através da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), em 1999; assim como o Movimento Sem Terra que criou em 1989 e 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentamentos, promovendo a agricultura sob a forma de agriculturas autogestionárias. E tantas outras experiências que aos poucos foram difundindo a ideia de outra organização do trabalho, de outra economia.

O Fórum Social Mundial representou um momento importante para Economia Popular e Solidária. Iniciava-se aí um momento importante de diálogo do movimento popular da Economia Solidária com o poder público. O Fórum Social Mundial como um “espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo”⁴, aparece dentro deste contexto como uma experiência referencial de auto-organização política. Em 2001, foi criado um Grupo de Trabalho brasileiro com a finalidade de articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais da Economia Popular e Solidária no Fórum Social Mundial. Dentro deste cenário em que uma parcela da sociedade civil buscava se organizar em torno desse novo modo de pensar o espaço político elegeu-se pela primeira vez no Brasil, um governo de esquerda. O governo Lula pressionado por este movimento, que exigia uma política nacional de apoio à Economia Solidária, cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), tendo em sua direção o professor Paul Singer, um reconhecido militante de esquerda e respeitado pesquisador da área da Economia. O diálogo com o poder público foi fundamental, pois demonstrou que a Economia Popular e Solidária não surgiu apenas como uma alternativa ao desemprego, mas como um projeto político de desenvolvimento ancorado na ideia de justiça social, que significasse o exercício de uma vida digna para todos. É preciso contudo reconhecer que a Economia Popular e Solidária emergiu em uma profunda crise da sociedade salarial, de uma hipertrofia da economia de mercado, bem como de uma burocrática e abstrata solidariedade representada pelo Estado social. Assim,

³ A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Cáritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal.

⁴ Fonte: www.forumsocialmundial.org.br

o desenvolvimento de formas associativas, particularmente aquelas envolvidas com os 'serviços de proximidade', implicaria na produção de novas solidariedades e, portanto, de novas regulações públicas. Tais solidariedades seriam responsáveis não apenas para repolitizar a economia, mas também para requalificar a relação entre Estado e Nação (PINTO, 2006:61).

Porém, o diálogo não se deu sem tensões. No momento que se aproximou do poder público, o movimento da Economia Popular e Solidária assumiu determinados atrelamentos. Quando as experiências plurais da Economia Popular e Solidária foram sobrecodificadas pelo Estado, percebeu-se também que se produziram homogeneidades, e com isso um modo de fazer política que tem imensa dificuldade de abrir-se e assumir essas pluralidades.

O espaço público de *proximidade*, afirmado por LAVILLE *et al* (2006), construído por essas pequenas organizações do movimento popular, engendraram novas formas de democracia local, ao nível de um bairro na maioria das vezes, baseado na criação de atividades específicas e com forte conteúdo de espontaneidade. Estão, marcadas por um modo de encontro que é particular e está ligado a vida das pessoas, reúnem-se na casa de alguém, no armazém, em alguma escola, na igreja, enfim. Esses espaços traduzem uma estética de encontro e de um jeito próprio de comunicação que escapa ao modo tradicional de fazermos política.

Os espaços públicos de aglutinação de várias iniciativas, ou seja, espaços com maior dimensão (mas nem por isso mais importantes), que acabam exigindo a figura de uma representação política, constituiu-se como espaços de regulação de um campo de práticas que se afirmou como um movimento social completamente novo, capaz de intermediar a base da sociedade e o Estado. No entanto, como comentam LAVILLE *et al*,

essa valorização das associações não deve nos conduzir à sua idealização [...].Particularmente, elas podem ser monopolizadas pelos objetivos de legitimação do sistema político pelo viés de procedimentos formalizados visando à eficácia. A forma associativa pode ser utilizada pelo aparelho de estado numa visão funcional [...]. As associações não são apenas a expressão dos cidadãos, elas estão implicadas em relação de poder; porque elas 'mediam os conflitos ideológicos da sociedade global, contribuem para a formação das elites e para a estruturação do poder local e, participam da definição das políticas públicas, ao mesmo tempo que legitimam a esfera político-administrativa.(LAVILLE *et al*, 2006:21)

No Brasil, a Economia Popular e Solidária se organizou a partir desses diferentes movimentos, em que o surgimento dos Fóruns assumiram um papel novo.

Os Fóruns de EPS: entre a participação e a representação

Os Fóruns têm como objetivo tornar mais visível o campo da economia solidária, fortalecendo seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que impulsionam a relação com o poder público. O Fórum Brasileiro de EPS (criado em novembro de 2002 no FSM) antecedeu a criação da SENAES, tornando-se um movimento fundamental da Economia Solidária. Desse modo, a EPS está organizada através de fóruns que buscam abarcar todas as regiões brasileiras.

OFBES é hoje a instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de Economia Solidária no Brasil. OFBES representa também o movimento de Economia Solidária frente ao poder público (nas esferas federal, estadual e municipal através da sua Coordenação Nacional e dos Fóruns Estaduais e Municipais) e frente a entidades, redes e articulações nacionais e internacionais. OFBES estrutura-se de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de Economia Solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos.⁵

Outro momento importante foi o mapeamento realizado pela SENAES que evidenciou cerca de 14.954 empreendimentos solidários organizados na forma de autogestão, envolvendo praticamente 1 milhão e 250 mil trabalhadores/as em todo Brasil, resultando em uma média de 84 participantes por EES⁶. As principais formas de organização evidenciadas neste mapeamento foram: as associações (54%), grupos informais (33%) e Organizações de Cooperativas (11%). Para identificar esses empreendimentos, construiu-se um instrumento norteado pela Carta de Princípios (FBES in FRANÇA FILHO, 2006: 78), que definiu como princípios gerais da Economia Solidárias a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e Os valores da cooperação e da solidariedade.

No conjunto de atividades e formas de organização destacam-se como características da EPS: a cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade.

⁵ Fonte: <http://www.fbes.org.br> consultado em 17.06.2013.

⁶ Dados retirados MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego. Atlas da Economia Solidária no Brasil. Brasília, 2006.

Percebeu-se que os fóruns, a medida que se ampliaram, assumiram a ideia de uma representação, através da escolha de representantes dos três segmentos que compõe a EPS citados anteriormente (empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos). Nesse caminho ambíguo, onde existe a necessidade de uma organização maior para articular de forma mais orgânica o movimento, foi-se aprendendo a lidar com algumas heranças e vícios provenientes deste modelo de política representativa. Enquanto nos fóruns municipais há a possibilidade da participação de todos, criando-se um espaço fundamentalmente pedagógico, onde aprende-se a valorizar a palavra e a experiência do Outro; nos fóruns mais ampliados, a figura do representante acabou incorporando discursos fortemente marcados por uma tradição de organização política.

Consideramos ser importante aprofundar um pouco mais esta ideia de representação, percebendo os diferentes sentidos que ela assume na teoria política. Max Weber (apud NEGRI e HARDT, 2005: 310) comenta, por exemplo, que a representação aparece como um dos traços fundamentais da própria ideia de democracia. Podemos dividir a representação em três modelos que ele denomina: *apropriada, livre e instruída*.

Na representação *apropriada* (ou patriarcal), em que o próprio nome faz referência, temos a imagem de representantes, que não são eleitos por seus representados, mas que se apropriam de um certo espaço de poder, interpretando a vontade daqueles que julgam representar. Na representação *livre* transparece alguns laços entre representantes e representados, mas ainda existe certa liberdade por parte dos representantes em inferir desejos e ideias dos representados. Este processo se dá muitas vezes, pelo convencimento (através de certa habilidade de argumentação que vai sendo apreendida no exercício do debate político), de conduzir o olhar e as necessidades do grupo. Por último, Weber fala da representação *instruída* em que se criam mecanismos que possibilitam estreitar a ligação entre representantes e representados, deslocando a ideia da representação para o efetivo exercício da participação. O representante não é aqui uma pessoa ou o grupo que possui características determinadas, possuindo um perfil para exercer esta função, mas a representação pode ser exercida por qualquer um, mostrando que quanto maior for a expansão dos representantes mais participativa torna-se a representação. NEGRI (op. cit.) comenta, a partir das análises weberianas que está na própria estrutura da representação a ideia de uma unidade, o representante assim representa justamente esta unidade. Assim a pluralidade é subsumida quando dialoga com o poder público.

As três formas designam proporções diferentes das duas funções”, ou seja, “as instituições da representação política devem permitir que os cidadãos (pelo menos alguns) expressem seus desejos e exigências plurais, ao mesmo tempo permitindo que

o Estado os sintetize numa unidade coerente. Desse modo, o representante, é por um lado, um servidor do representados, e por, alguém dedicado à unidade e a eficácia da unidade soberana [...] só o uno pode governar. (NEGRI e HARDT, op. cit: 312)

Poderíamos dizer que a EPS através de sua organização em forma de fóruns, expressão da participação de todos, ao se ampliar foi, em muitos momentos, assumindo as três formas de representação, citadas por Weber. Percebe-se, por exemplo, certo encantamento com o poder, em que se criam disputas violentas para se assumir espaços de visibilidade política e conseqüentemente, maiores vantagens na obtenção de recursos públicos. Por outro lado, é possível reconhecer a seriedade de algumas pessoas quando assumem a representação, mas isso acaba determinando em muitos casos, a omissão dos grupos em cobrar posturas e participar mais ativamente das discussões maiores. Cria-se a idéia de que no momento em que “outro participa, não tenho a necessidade de participar”. Também pensamos que seja importante destacar a forma como essas organizações vão criando dinâmicas que se afastam da linguagem e da realidade de muitos sujeitos da EPS. A leitura de documentos, o fórum de debates com sujeitos assumindo determinados papéis como, por exemplo: coordenador, controlador do tempo de fala, relator, entre tantas outras funções; escapa a forma de organização popular, interferindo e impondo formatos de construção e elaboração do discurso. E como não dizer, que no espaço democrático dos fóruns se impõem uma “ordem do discurso”, com o objetivo de organizar e fazer avançar o movimento da EPS.

Será então nos espaços locais, em que a representação desaparece que se vive efetivamente outro exercício do político?

Fórum Municipal de EPS: exercício de uma auto-organização política

Neste momento trazemos a experiência de um Fórum Municipal de EPS de um município da região metropolitana de Porto Alegre, como um espaço importante de reflexão sobre essas dinâmicas. Este fórum existe desde maio de 2006 e verificou-se na ocasião, através do mapeamento feito pela SENAES, a existência de alguns grupos de Economia Solidária no município⁷. Poderíamos nos perguntar como esses grupos inicialmente emergiram se não havia “espaços” locais de formação política; ou seja, como a idéia de outra construção de trabalho nasceu. Percebeu-se então que as experiências acumuladas advindas da região do Vale do Rio do Sinos⁸ fomentaram aos poucos a idéia da EPS no município. Ao mesmo tempo, o mapeamento realizado apresentou problemas, pois muitos grupos ali listados ao serem

⁷ Identificou-se no mapeamento da SENAES em torno de 16 EES, no município.

⁸ Fórum Regional EPS, criado em 2003, o Grupo de Trocas, a Escola 8 de Março.

convidados a participar das primeiras reuniões do Fórum, demonstraram falta de identidade com a EPS. Colocou-se então uma questão importante: tinha-se um conceito, uma idéia formada sobre o significado da EPS; idéia proveniente do acúmulo de discussões e sistematizações realizadas. No entanto, nem sempre esse conceito se identificava com a vivência dos empreendimentos. O espaço tornou-se então um espaço de aprendizagem, de trocas, em que o conceito de EPS passou a ser ressignificado a todo momento.

O nascimento e organização do Fórum municipal também ocorreram dentro de um contexto muito específico: era necessária a existência de um fórum para que delegados (representantes) do município participassem da Conferencia Nacional de Economía Solidária de 2006. O país vivia um momento ímpar, com a organização da Secretaria Nacional de EPS, muitas localidades se viam pressionadas a se organizarem para, de alguma forma, ocuparem espaços de representação nessa nova configuração política. A base da EPS, formada através dos empreendimentos, de entidades de apoio e gestores públicos tornou-se a teia por onde este movimento foi se construindo e organizando. A questão é que esses segmentos possuíam histórias diferenciadas, demonstradas na própria construção do espaço político, de sua organização e sentido.

Cruzar estas histórias com os grupos que surgiam sem que esses mesmos grupos deixassem de se perceberem como atores principais desse movimento, tornou-se uma vivência difícil, mas fundamental.

A Organização da Conferência Nacional, ao mesmo tempo em que alavancou a existência do Fórum, atropelou um processo; fez com que grupos se vissem obrigados a construir uma identificação com algo que não sabiam ao certo o que significava. Os grupos, então, assumiram o tema de casa: estudar o texto-base da Conferência, que transcrevia a identidade da EPS. As reuniões após a conferência conseguiram reunir poucos empreendimentos, na sua maioria pessoas que já tinham um engajamento político.

Mas a pergunta sobre o sentido do Fórum sempre retornava. As primeiras reuniões foram tentativas frustradas de discutir o referido documento, acompanhada pela busca e interrogação sobre o sentido do fórum. As reuniões acabavam sendo informativas e desde o início já começava a se delinear a preocupação com um espaço de comercialização: as feiras. Os espaços de encontros e discussões dos empreendimentos acabaram sendo as feiras, os fóruns e as conferências. Foram nesses espaços que se socializavam os sentidos da EPS, através de processos de formação. Quando os empreendimentos não vivenciavam isso dentro de seus próprios espaços de trabalho, esses outros espaços representavam o único momento de reflexão da EPS. Por outro lado os empreendimentos

que já possuíam essas vivências eram mais críticos e ao participarem destas instancias se viam frustrados com o jogo político que ali se construía. Assim, paulatinamente foram se afastando do fórum e se fechando na experiência solitária, mas talvez rica do próprio trabalho.

E aqueles que não possuíam esta experiência, visualizavam no fórum um espaço importante e único de compreensão da EPS. Sem saber ao certo o que isto significava, percebiam que havia algo que se diferenciava, um modo de desconstruir práticas históricas de competição e vivência do trabalho, e a percepção de que estando juntos se consegue mais coisas.

Educação Solidária: as Feiras como um espaço de aprendizagem

Para concluir este texto, gostaríamos de destacar dois momentos significativos da história deste fórum e que de alguma forma estão associados: a organização da Feira Municipal de Economia Popular Solidária e o diálogo com o poder público local. O fórum, constituído fundamentalmente por artesãos, começa a pensar em um espaço de maior visibilidade do trabalho e da proposta da EPS no município e assim surgiu a ideia da organização de uma Feira. Segundo MANCE (2003:154),

A organização de feiras de economia solidária é uma das alternativas para a socialização das experiências de produção, a prestação de serviços e o exercício do consumo solidário da comunidade[...]Portanto não significam apenas a comercialização de produtos, sendo um exercício político e ético de construção de uma economia pautada no ser humano, e não na mercadoria.

Aos poucos o povo ocupou as ruas redefinindo a geografia da cidade e as feiras tornaram-se então importantes espaços de resistência. Diante de uma sociedade que vai se enclausurando nos shoppings, nossas atuais praças sem janelas; as feiras vão resgatando a proximidade do produtor com o consumidor, fazendo a população refletir sobre a necessidade de um consumo ético, expresso na consciência do que realmente necessitamos consumir, de quem compramos, qual a responsabilidade sócio-ambiental presente na produção, enfim, as feiras apresentam um trabalho artesanal que também é arte, fruto de mãos que aprendem a moldar o barro da mesma forma que moldam a vida. A vida torna-se então obra de arte!

A organização dos grupos em torno da feira representou desse modo, um momento significativo de aprendizagem. Inicialmente, havia a urgência de dialogar com o poder público local para conseguir um espaço no centro da cidade. Depois de alguns encontros com o então secretário de Indústria e Comércio, os grupos foram experimentando a palavra, na construção de

argumentos que mostravam o quanto a Economia Popular Solidária significava uma proposta de desenvolvimento para o município. Num diálogo não muito tranquilo conseguiu-se autorização para a realização da Feira em uma rua no centro da cidade, a qual desde de dezembro de 2007, continua acontecendo uma vez por mês. Isto representou apenas um momento inicial neste diálogo, pois somente a abertura de uma rua não bastava, era fundamental que EPS penetrasse na pauta política do governo.

A Feira municipal alavancou o fórum que utilizava uma boa parte de seu tempo na discussão da organização das feiras. Entre as ações em torno das feiras, podemos citar: a formação de comissões para pensar os diferentes aspectos que envolvem esta organização; a necessidade de construir um regimento que regulamentasse o Fórum e conseqüentemente, articulasse a participação dos grupos nas feiras às reuniões do fórum; momentos de formação nos quais se construía uma reflexão sobre o próprio processo vivido pelos grupos. Todas essas atividades transformavam as feiras em um espaço privilegiado de trocas de saberes. Aí os grupos foram se conhecendo mais, e entre um chimarrão e outro, ensinavam novas técnicas de artesanato, de bordado, trocando receitas, compartilhando dificuldades, sonhos. Foi no próprio espaço das feiras que as pessoas, homens e mulheres da EPS, assumiram sua condição de sujeitos deste movimento. MANCE (2003) destaca nesse sentido, que não podemos separar a organização e mobilização da EPS da educação, que dentro deste contexto, nos desafia a buscarmos novas formas de encontro, de construção da palavra e exercício do diálogo. Assim uma compreensão de cidadania, em que uma sociedade não apenas reconhece o outro em sua singularidade, mas necessita reconstruir sua lógica de funcionamento pautada na relação coletiva.

O objetivo maior da educação solidária em redes de colaboração é possibilitar que os participantes, que são pessoas excluídas das condições dignas de vida ou que não desejam estar submetidas à lógica do capital pra assegurar o seu bem-viver, possam desenvolver atividades em redes de colaboração, visando não apenas a geração de trabalho e com distribuição de renda em empreendimentos auto-sustentáveis, mas também o desabrochar de suas diversas dimensões humanas (afetivas, cognitivas e sociais) no exercício de sua cidadania ativa. (MANCE, 2003:18)

Ainda temos muitos desafios neste processo de construção da EPS no Brasil, pois esse movimento se constrói dentro de um sistema que, queiramos ou não, interfere e apresenta contradições ao movimento. Porém, ficamos com a certeza que neste espaço o exercício da solidariedade perpassa a reconstrução do próprio humano, que não é uma dimensão dada, mas uma construção proveniente de um projeto político-pedagógico de mudança. É

desse modo que é possível pensarmos uma racionalidade solidária disposta a acolher a diversidade desse humano, onde não é possível separar uma ética da responsabilidade de uma política da hospitalidade, como dos diz LÉVINAS (1977).

Referências bibliográficas

- GALEANO, Alex (2005). *Antonin Artaud: a revolta de um anjo terrível*. POA: Sulina.
- FRANÇA FILHO, G. (2006). Economia solidária e movimentos sociais. In: Medeiros, A., Schiochet, V. e Schwengber, A., *Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento*. Recife, Edufpe.
- LAVILLE, Jean-Louis, MEDEIROS, Alzira e MAGNEM, Jean-Philippe e FRANÇA Fº, Genauto Carvalho de, (Orgs.), (2006). *Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Salvador: EDUFBA.
- LEVINAS, Emmanuel (1977). *Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade*. Lisboa: Edições 70.
- MANCIE, Euclides André (org) (2003). *Como organizar redes solidárias*. RJ: DP&A, Fase, IFil.
- NEGRI, Antonio. e HARDT, Michel (2008). *Império*. 8ª ed. São Paulo: Record.
- PINTO, João Roberto Lopes (2006). *Economia Solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre: UFRGS.
- ROSA, J. Guimarães (2006). *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.